

Competição eleitoral em 1945 e clivagem urbano-rural

Caio Vinicius Caires Martins

Karen Rizzato Pires

Introdução

O ano de 1945 estabelece o retorno dos pleitos eleitorais após o Estado Novo, inaugurando o que seria considerado como o primeiro período democrático brasileiro, além do surgimento dos primeiros partidos nacionais. Diante disso, o presente trabalho, ainda em fase inicial, visa primeiramente verificar os níveis de competitividade dos pleitos eleitorais de 1933 e 1934, num período anterior a primeira experiência democrática brasileira e até mesmo ao Estado Novo e posteriormente estabelecemos uma comparação destes pleitos com os realizados em 1945, já no período democrático. A comparação permitirá visualizar o grau de competitividade das eleições em dois períodos distintos da história política brasileira e verificar se há mudanças substantivas no grau de competitividade entre ambos os períodos.

Para além disso, o presente trabalho também irá verificar a hipótese de que a competição varia em função do grau de urbanização, sendo que os municípios mais urbanos tenderão a ser mais competitivos. Isso se fundamenta na ideia de que, conforme argumentado pela literatura, os eleitores eram mais facilmente controláveis durante a Primeira República nas áreas rurais. (LEAL, 1975; RICCI e ZULINI, 2017).

Metodologia

Para observar se os pleitos foram competitivos iremos inicialmente comparar as eleições realizadas em 1945 com as de 1933 e 1934. Por meio desta comparação pretendemos analisar eventuais diferenças entre dois períodos distintos da história brasileira. Os dados eleitorais foram coletados nos Boletins Eleitorais do Estado da Paraíba e do Diário Oficial do Maranhão. No caso, até agora, estas informações estão disponíveis apenas para a Paraíba e Maranhão nas eleições de 1933, 1934 e 1945.

Para observarmos os níveis de competição partidária calculamos o NPE (Número de Partidos Efetivos) a nível de município. Através do cálculo do NPE podemos aferir o número de partidos relevantes em determinada localidade ou eleição.

A comparação entre os pleitos de 1933 e 1934 com os de 1945 foi feito através de boxplots com os respectivos NPEs a nível municipal para cada eleição. Os boxplots

permitirão analisar a dispersão dos dados a fim de verificar os níveis de competitividade eleitoral. Primeiramente foi comparado a eleição para Deputado Federal na Paraíba em 1934 com a eleição também para Deputado Federal na Paraíba em 1945. Em seguida, foi feito boxplots comparando a eleição para Câmara dos Deputados em 1934 no Maranhão, com a eleição também para Deputado Federal no Maranhão em 1945.

Para avaliar se o nível de competição varia em função da clivagem urbano-rural, coletamos dados no IPEA sobre a população residente em área urbana. Os municípios com mais de 50% da população morando em área urbana foram classificados como municípios urbanos. Aqueles com números inferiores a 50% foram classificados como rurais. Como somente as capitais desses estados possuíam mais de 50% da população urbana, optamos por primeiramente analisar a capital versus os demais municípios de cada estado e verificar se há variação significativa no NPE; a segunda solução foi dividir a distribuição da população urbana a nível municipal em quintis e verificar se há variação no NPE. Cada NPE sendo respectivo de cada quintil, ou seja foi tirada uma média do NPE correspondente a cada quintil.

Competição Eleitoral e Democracia

Uma das dimensões fundamentais que definem um regime democrático é o grau de competitividade eleitoral: partidos competem por vagas e a disputa é acirrada. Na definição clássica de Przeworski (1991) “A democracia é um regime no qual os partidos perdem as eleições.”. Mesmo o partido governista não será capaz de controlar todo o processo e será passível de ser derrotado. A competitividade eleitoral, portanto, é crucial pois demonstra a disputa de diferentes partidos por vagas, além de expressar a possibilidade da oposição participar na disputa. Neste sentido, a competitividade é fundamental pois demonstra a concorrência de diversos partidos, principalmente a oposição, e o resultado de eleitos e não eleitos se dará após intensa competição

Como a competitividade eleitoral é uma das dimensões fundamentais de regimes democráticos, parte considerável da literatura passou a tratá-la estritamente como a expressão e a prova de países que entraram num processo de democratização. Assim, o advento de eleições e até mesmo de algum grau de competição partidária em regimes não democráticos foi caracterizado muitas vezes como um sinal de que o regime estava num momento de transição para a democracia. Nesses termos, a competitividade eleitoral é pensada sempre em

termos de democratização e expressão de que regimes autoritários possivelmente se enfraqueceram, já que há eleições e algum nível de oposição disputando.(BRANCATI, 2014; LEVITSKY,2002)

Mais recentemente, uma nova literatura tem enfatizado que a existência por si só de eleições com algum grau de competitividade, e a adoção de alguns mecanismos institucionais típicos de regimes democráticos por regimes autoritários, não necessariamente indica que o regime está em vias de se democratizar. Os regimes autoritários podem adotar diversos mecanismos institucionais típicos de regimes democráticos para diferentes fins, seja para sinalizar que não é autoritário, ou até mesmo para se informar acerca das oposições ao regime. Em última instância, podem adotar esses mecanismos na tentativa de fortalecer o regime (BRANCATI, 2014; GANDHI,2009). As eleições e algum grau de competitividade eleitoral, assim como outros mecanismos institucionais podem ser adotados para desempenhar outras funções como reforçar o regime:

“As a result, many have come to wonder if these institutions área sign that these states are democratizing. A burgeoning literature on authoritarian states suggests otherwise. This literature looks at both why authoritarian regimes adopt nominally democratic institutions and what effect these institutions have on regime stability. It suggests that these institutions are not na indication that countries are democratizing, but that these institutions ironically help strengthen authoritarian regimes and forestall democratization”(BRANCATI, 2014)

Tais regimes tem sido caracterizado como híbridos ou simplesmente como autoritarismo competitivo, justamente por conjugarem mecanismos que seriam democráticos mas em regimes fortemente autoritários,mas obviamente inúmeros momentos do processo eleitoral,por exemplo, é passível de fraudes e alterações.

Eleições no meio rural brasileiro

A obra Coronelismo, Enxada e Voto de Victor Nunes Leal (1975) é fundamental para compreendermos a relação entre o meio rural e o processo eleitoral no Brasil. A fraude eleitoral, coação sobre o eleitor, violência contra a oposição e o governismo são as principais

características das eleições desse período histórico brasileiro, como apresentado pelo autor. As características apresentadas pelo meio rural brasileiro, a saber, a grande propriedade, a pobreza e isolamento do trabalhador rural e sua dependência em relação ao coronel tem papel crucial no falseamento dessas eleições.

Os trabalhadores, em sua maioria analfabetos e sem acesso à informação, votam porque o coronel assim deseja e possibilita. É ele quem instrui seus trabalhadores em quem votar e arca com os custos eleitorais. O coronel é, assim, peça chave nas eleições rurais: a sua influência possibilita o acesso dos partidos políticos aos trabalhadores e é com ele que os votos são negociados. (LEAL, 1975)

As eleições municipais, apresentam caráter mais acirrado do que as estaduais: Segundo Nunes Leal (1975), é através dessas eleições que determinada facção comprova haver maioria do eleitorado no município, e assim se alia a situação estadual (p. 49). Poder apoiar o governo estadual e ser apoiado possibilita ao governo municipal fazer uma administração mais benéfica, desempenhando o papel de autoridade pública naquela localidade. Por não possuir autonomia legal nem financeira, o poder municipal se encontra subjugado ao poder estadual. A degeneração do sistema eleitoral não é, portanto, devida somente a estrutura social do campo: é o governismo o grande mecanismo que sustenta esse cenário. (LIMONGI, 2012).

Código Eleitoral de 1932 e eleições subsequentes

Após a revolução de 1930 mecanismos eleitorais foram adotados que permitiram uma reconfiguração do processo eleitoral. É outorgado um novo código eleitoral pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que estabelece medidas inéditas com o intuito de enfraquecer o poder oligárquico vigente anteriormente no Brasil e garantir eleições livres, limpas e representativas. Estabeleceu-se o voto secreto, o voto feminino, voto obrigatório, o sistema de representação proporcional e o alistamento *ex officio*, que permitia que trabalhadores fossem alistados automaticamente. Foi também criada a Justiça Eleitoral, que se tornou responsável por todo o processo eleitoral, como o alistamento de eleitores e a apuração dos votos.

O papel desempenhado por esse Código Eleitoral na reconfiguração do quadro partidário brasileiro que se pode observar nos pleitos seguintes pode ser vista não somente como uma ferramenta usada para a moralização do processo eleitoral, mas também para o

enfraquecimento das oligarquias, através da possibilidade de maior competição do que a apresentada no período anterior, como pode-se observar pela derrota governista em diversos estados. (SILVA, T e SILVA, E, 2015)

Os efeitos do Código Eleitoral de 32, no entanto, são relativizados por Leal (1975). Para ele

“O código de 1932, aperfeiçoado pela reforma de 35, apesar dos louvores que mereceu, não punha fim à costumeira coação dos partidos oficiais. Não nos referimos à coação direta e material no dia do pleito ou no ato de votar. Nem era esta a mais frequente modalidade de compressão do voto na vigência das leis anteriores. Aludimos à coação difusa, mas efetiva, que em muitos lugares precede as eleições no interior do país; ao ambiente de insegurança adrede criado para os eleitores da oposição, que nos menores municípios toda gente conhece; à violência preparatória, atual ou iminente manifestada com pertinácia em pequenas ou grandes fações, dias, semanas e até meses a fio. Para esse tipo de coação, não havia remédio segundo a interpretação restritiva que lhe deu o Tribunal Superior Eleitoral” (p. 234)

Assim, não houve efeito para o autor do código eleitoral sobre essa prática, já explicitada nesse trabalho, presente nos municípios rurais brasileiros.

A abertura política que sucedeu o fim do Estado Novo apresentou traços tanto de ruptura quanto continuidade. As estruturas criadas nesse período anterior, como as interventorias e o arcabouço sindical corporativista, possibilitaram uma transição sem que a influência de Getúlio Vargas fosse extinguida, com a criação do PSD, ligado aos interventores e o PTB, ligado à organização sindical. (SOUZA, 1976)

Para além desses partidos ligados a estrutura já presente, a UDN se formou como o partido anti-varguista, formado principalmente por nomes que de alguma forma estiveram descontentes com os resultados da revolução de 30. A oposição que se instaurou nesse momento não estava mais contida por Getúlio Vargas, como demonstrado pela candidatura de Eduardo Gomes, nome ligado aos militares. (GOMES, 1988)

Análises

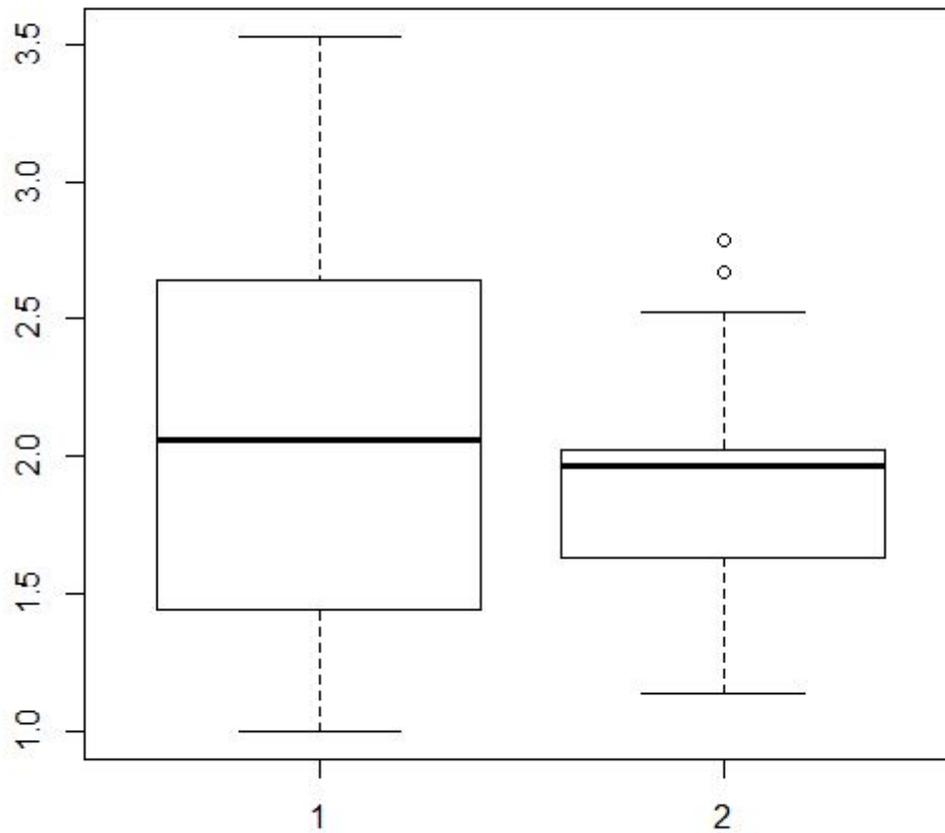


Gráfico 1

1-NPE Maranhão em 1934

2-NPE Maranhão em 1945

NPE de São Luiz (capital)	Demais municípios (mediana do NPE)	Demais municípios (média do NPE)
2,789274914	2	1,901333353

Tabela 1 - 1945

Quintis da distribuição da população urbana do Maranhão(1940)		NPE
q1	1106.8	1.98
q2	2223.8	1.92
q3	2998.6	1.74
q4	4096.4	1.87
q5	60966	2.02

Tabela 2 - 1945

No caso das eleições de 1934 e 1945 no estado do Maranhão os dados demonstram que há uma maior variabilidade nos NPEs em relação a população dos municípios, sobretudo no caso de 1934 atingindo valores acima de 3(NPEs) mas também registrando situações de 1.0(NPEs). No entanto, ao compararmos as eleições de 1934 e 1945 entre si não notamos uma evolução no NPEs desse estado.

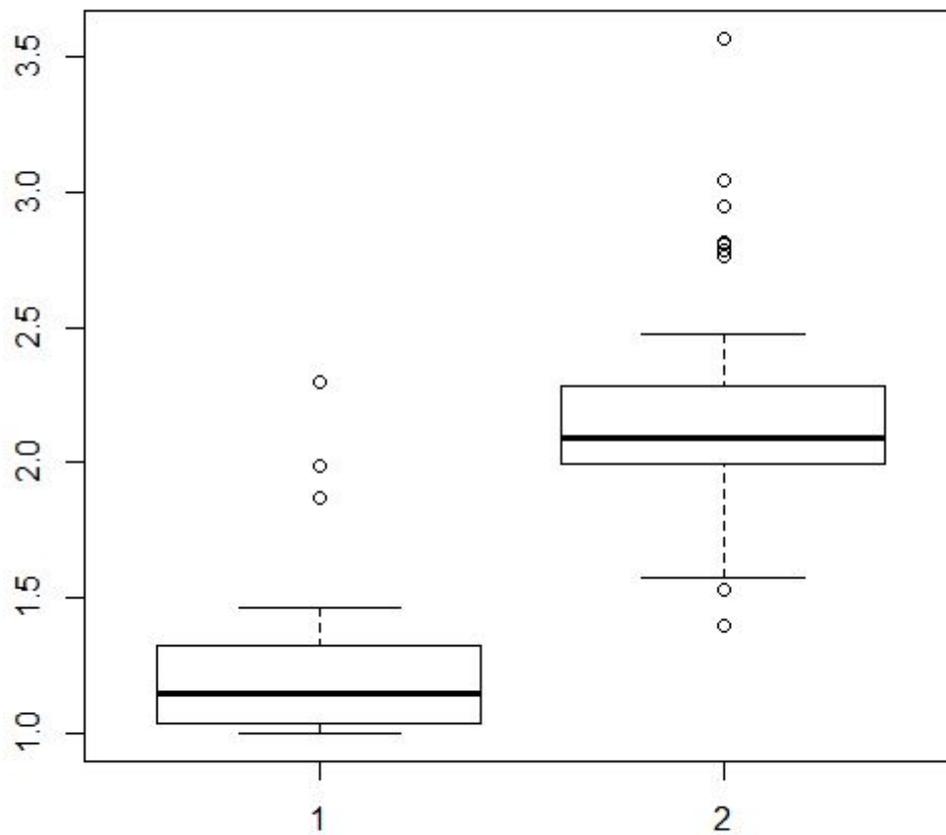


Gráfico 2

1-NPE Paraíba 1934

2-NPE Paraíba 1945

NPE de João Pessoa (capital)	Demais municípios (mediana do NPE)	Demais municípios (média do NPE)
3,045661188	2	2,144836303

Tabela 3 - 1945

Quintis da distribuição da população da Paraíba		NPE
q1	2697	2,1
q2	3614,8	2,06
q3	5071,2	2,17
q4	8407,6	2,21
q5	79300	2,38

Tabela 4 - 1945

A respeito do estado da Paraíba, os boxplots respectivos as eleições de 1934 e 1945 demonstram que neste caso específico há uma mudança no grau de competitividade eleitoral, ou seja, as eleições ocorridas em 1945 na Paraíba apresentam maiores taxas de competitividade quando comparado com as de 1934. Apesar de também apresentarem NPEs abaixo de 2 em alguns municípios, há um aumento razoável nos níveis de competitividade eleitoral para este caso. Nas eleições de 1934, 50% (intervalo entre Q3 e Q1) dos dados se encontram aproximadamente entre 1.1 e 1.4 (NPEs), ao passo que nas eleições de 1945 50% (intervalo entre Q3 e Q1) dos dados se encontram entre 2.0 e 2.4.

Os dados apresentados no presente trabalho demonstram a existência de algum grau de competitividade eleitoral nos pleitos de 1934, como sinalizado pela literatura sobre *competitive authoritarianism*. Tais níveis de competitividade eleitoral permitem questionar em partes a ideia corrente na literatura brasileira de que somente a partir de 1945 passou a ter competição. Para além disso, há de se reconhecer que os dados não permitem fazer generalizações devido ao fato de termos comparado somente dois casos: Paraíba e Maranhão. A investigação e comparação para com outros estados permitirá maior conhecimento sobre o grau de competitividade das eleições nos dois períodos distintos da história política brasileira.

Referências Bibliográficas

- BRANCATI, Dawn. Democratic Authoritarianism: Origins and Effects. **The Annual Review of Political Science**.2014. 17:313-26
- GANDHI, J; LUST-OKAR, Ellen. Elections under authoritarianism. **The Annual Review of Political Science**.2009.12:403-22
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988
- KINZO, Maria D'Alva Gil. **Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil**. São Paulo: Editora Símbolo, 1981.
- LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo Editora, 1991.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- LEVITSKY, Steven. The rise of competitive authoritarianism. **Journal of Democracy**, Volume 13, Number 2. April 2002
- LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 55, n. 1, p. 37-69, 2012 .
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980.
- NICOLAU, Jairo Marconi. **A Participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro**. Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004
- NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. University of Chicago, 1991
- RICCI, P; ZULINI, J. The politics of electoral reforms: the origin of proportional representation in Brazil and the Electoral Code of 1932. In: Jorge Gordin (Editor) Lucio Renno (editor). (Org.). **Institutional Innovation and the Steering of Conflicts in Latin America**. 1ed.: ECPR Press, 2017
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 23, n. 56, p. 75-106, dec. 2015.